

MODELO INDIANO DE FORÇA FUTURA: EM BUSCA DE AUTONOMIA

INDIAN MODEL OF FUTURE FORCE: IN SEARCH OF AUTONOMY

NATÁLIA DINIZ SCHWETHER

RESUMO

O presente ensaio se propõe a responder aos seguintes questionamentos: "como se organizam as Forças Armadas da Índia?" e "como se preparam para as hipóteses de conflito futuro?". Nesse sentido, foi conduzida uma pesquisa exploratória, em que a maior aproximação ao caso permitiu compreender as atuais preocupações e desafios enfrentados pelo país, para além de como as Forças Armadas, em especial o Exército, vêm respondendo a eles. O enfoque recaiu, especialmente, na reforma militar iniciada em 2015 e nas mudanças e resultados alcançados. Assim, a primeira seção se dedicou a apresentar os antecedentes da reforma; em sequência, foram elencadas as mudanças-chave para modernização e atuação no ambiente futuro. Ao final, foram tecidas considerações sobre o caso em tela e sua aplicabilidade ao Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

Índia; Reforma Militar; Modernização; Futuro.

ABSTRACT

This essay aims to answer the following questions: how are the Indian Armed Forces organized? and, how are they preparing for future conflicts? In this sense, an exploratory research was conducted, in which the closer approach to the case allowed understanding the current concerns and challenges faced by the country, in addition to how the Armed Forces, especially the Army, have been responding to them. The focus was especially on the military reform initiated in 2015 and the changes and results achieved so far. Thus, the first section was dedicated to presenting the background of the reform, followed by a list of key changes for modernization and performance in the future environment. Finally, considerations were made about the case in question and its applicability to Brazil.

KEY WORDS

India; Military Reform; Modernization; Future.

A AUTORA

Pós-Doutora em Ciências Militares (ECEME), Doutora em Ciência Política (UFPE), Mestre e Bacharel em Relações Internacionais (UFSC/UNESP). Pesquisadora do Núcleo de Estudos Prospectivos do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (NEP-CEEEx).



SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente ensaio dá continuidade aos estudos do ciclo de pesquisa 2022-2023 da linha de *Planejamento Estratégico e Gestão de Defesa*, vinculada ao Núcleo de Estudos Prospectivos (NEP) do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEEx). A referida linha se dedica, nesta oportunidade, a analisar o desenho de força em ambientes futuros.

O objetivo desta agenda de pesquisa é, em primeira medida, identificar e descrever as ações, reformas implementadas e capacidades obtidas pelos demais países para o emprego da força no futuro. A partir disso, distinguir elementos que poderiam ser adotados em território nacional, na orientação, no desenho e no preparo para os novos cenários de guerra; sempre com atenção às particularidades de cada país e contexto estudado.

No primeiro ensaio, dedicamo-nos a realizar a exploração do caso chinês e, dentre os achados, o mais saliente, para nós, trata-se da substituição das antigas Regiões Militares por Teatros de Operação, os quais possibilitarão atuação conjunta de Exército, Marinha e Aeronáutica, tanto em tempos de paz, quanto de guerra.

Agora, este ensaio se debruça sobre a Índia, país cujo território equivale a, aproximadamente, 3.000.000km², cujas fronteiras terrestres se estendem por 15.000km e cuja faixa litorânea recobre outros 7.516km, sendo o lar de um sexto da população mundial.

A Índia é o terceiro país com maior gasto militar, atrás, apenas, de Estados Unidos e China. É o segundo maior importador mundial de armas e possui um amplo estoque de ogivas nucleares e mísseis balísticos.

O ambiente de segurança indiano é definido por um arranjo complexo de desafios globais e regionais. Ao norte e ao oeste, tem fronteiras instáveis, um possível palco para futuros conflitos; ao leste, recebe um grande fluxo de refugiados; e, ao sul, está o Oceano Índico, a nova arena de rivalidades estratégicas. Há, ainda, contínuos conflitos internos com potencial de dividir comunidades.

Sob a liderança do Primeiro-Ministro, Narendra Modi, a Índia tem implementado, desde 2015, algumas ações para modernizar suas Forças, as quais nem sempre foram bem-vistas por civis e militares e, por vezes, motivaram instabilidades sociais. Os princípios que orientam as mudanças são a capacidade de atuação conjunta e a maior eficiência, administrativa e orçamentária.

1. Introdução

Teóricos da inovação afirmam que estratégias militares são mais propensas à adaptação quando há alterações no ambiente externo. No caso da Índia, três grandes reviravoltas estratégicas – revolução nuclear, modernização militar chinesa e novas tecnologias militares –, certamente, deram impulso às mudanças.

Desde 1999, quando a Índia esteve, pela última vez, envolvida em um conflito convencional, o entorno estratégico se

transformou consideravelmente. A dissuasão nuclear reduziu a probabilidade de uma grande guerra com seus vizinhos. Por sua vez, a modernização do Exército chinês impôs ameaças não apenas na fronteira terrestre, mas, também, no Oceano Índico e em novos domínios, como o espaço e o ciberespaço, e o avanço tecnológico alterou, em grande medida, as características do conflito.

Testemunha-se uma crescente atenção da Índia à presença de potências estrangeiras no Oceano Índico, resultado de uma mudança

geopolítica que reorientou as ações do Oceano Atlântico para a Ásia-Pacífico. Ao mesmo tempo, a hostilidade do Paquistão permanece inalterada e a assertividade das ações da China enseja um novo desafio.

O país enfrenta, ainda, diferentes ameaças externas e internas, a exemplo das disputas territoriais ao longo da fronteira; da competição por recursos naturais; das organizações terroristas; dos conflitos étnicos; do tráfico de armas, drogas e pessoas; dos desastres ambientais; da guerra em Jammu e Caxemira; das insurgências; do crime organizado; da migração ilegal; e de radicalização da juventude (MINISTRY OF DEFENCE, 2017).

Diante disso, às capacidades militares indianas impõem-se: o acompanhamento das mudanças no ambiente de segurança e o preparo das Forças para combater decisivamente qualquer incursão em seu território.

Assim, o presente ensaio se propõe a responder aos seguintes questionamentos: (1) “Como se organizam as Forças Armadas da Índia?” e (2) “Como se preparam para as hipóteses de conflito futuro?”. Tem como objetivo, então, detalhar os principais planos de reforma, desde a independência, retomando os aspectos históricos e os conflitos vivenciados pelo país. Apresenta, ainda, os resultados obtidos, até o momento, e prognósticos futuros. Conclui com reflexões sobre possíveis aprendizados para o Exército Brasileiro.

2. Antecedentes

Desde sua independência, em 1947, a Índia se envolveu em cinco guerras na fronteira norte, região instável, de terreno irregular, elevada altitude e considerada, por muitos anos, principal desafio de segurança do país. A primeira delas, na Caxemira, em 1947-1948, foi um conflito em que se empregou infantaria leve, com intuito de conquistar o controle do território. A Índia, em pouco tempo, assumiu os territórios de Srinagar e do Vale da Caxemira (TARAPORE, 2020, RODRIGUES, DAROZ, 2021).

A segunda, contra a China, em 1962, foi marcada por uma derrota contundente, já que não foi possível evitar as incursões chinesas no território. Essa primeira derrota fomentou algumas reformas no Exército indiano, no que diz respeito ao seu efetivo - dobrou de tamanho em uma década - e maior autonomia para tomada de decisão em questões operacionais (TARAPORE, 2020).

Nessa mesma época, um processo de planejamento sistemático da defesa foi iniciado, a partir da elaboração do *First Five Year Defence Plan* (1964-69). O plano foi delineado com base na percepção de ameaça e nos interesses individuais de cada uma das Forças, orientado à expansão e à modernização de seus programas. Propôs, ainda, a produção de produtos de defesa que, gradualmente, reduzissem a dependência externa (MALIK, KANWAL, s.d).

A década que se seguiu foi marcada pelo desenvolvimento da metodologia de planejamento que, até hoje, tem sido utilizada. Um Comitê de Inteligência Conjunta foi incumbido de prover avaliações do contexto interno e externo, ao passo que os Comandantes das Forças ficaram encarregados de fornecer insumos sobre as questões militares e estratégicas. Foram constituídos, também, o Comitê para Planejamento de Defesa e unidades específicas nos Departamentos de Produção de Defesa e Pesquisa e Desenvolvimento. E, com o propósito de coordenar e compilar esses diversos *inputs*, foi estabelecida, no Ministério da Defesa, uma Célula de Planejamento (MALIK, KANWAL, s.d).

Contudo, a ausência de um direcionamento político claro, de um delineamento conjunto e de coordenação entre os planos das Forças e outros planos departamentais do Ministério da Defesa fez com que o planejamento indiano fosse, desde então, bastante inconstante (MALIK, KANWAL, s.d.).

Em 1965, a guerra retornou para Caxemira. Inicialmente, o Paquistão utilizou forças irregulares, seguido de um ataque com armas convencionais combinadas em Jammu. A Índia respondeu com um contra-ataque massivo em Punjab. As grandes manobras se

encerraram em uma semana e os dois lados caíram em um impasse tático (TARAPORE, 2020).

Contudo, a grande experiência de guerra indiana ocorreu, em 1971, quando, com uma vitória decisiva, dividiu seu arquirrival, Paquistão, em dois, criando o Estado independente de Bangladesh. A incursão no Paquistão do Leste (hoje Bangladesh) foi lançada após meses de planejamento e modelagem das operações, que possibilitaram virtuosas manobras combinadas. Com isso, pela primeira vez, as forças terrestres foram utilizadas não apenas para lograr uma decisão operacional, mas, fundamentalmente, para reordenar o tabuleiro estratégico regional (TARAPORE, 2020, RODRIGUES, DAROZ, 2021).

Nas décadas de 1980 e 1990, o Exército indiano esteve envolvido em vários conflitos irregulares, a exemplo de uma missão expedicionária contra insurgentes no Sri Lanka. Ainda, o Exército e os paramilitares combateram, domesticamente, os insurgentes em Naxalite e o movimento separatista Khalistani Sikh (TARAPORE, 2020, RODRIGUES, DAROZ, 2021).

Nesse período, a Índia experimentou um incentivo à mecanização. Liderado por dois Comandantes reformistas, Krishna Rao e K. Sundarji, o Exército indiano criou novas unidades de infantaria mecanizada equipadas com blindados e organizou o *Reorganized Army Plains Infantry Divisions (RAPIDs)*¹ (TARAPORE, 2020).

As reformas de Sundarji foram inspiradas na doutrina militar norte-americana *AirLand Battle* (ação ofensiva rápida para conter o inimigo) e pretendiam aumentar a letalidade e a efetividade das forças convencionais, permitindo conquistar vitórias decisivas nos territórios inimigos. Em 1986, Sundarji testou as novas capacidades em um exercício combinado na fronteira oeste, no estado de Rajasthan. Conhecido como

¹Cada uma composta por duas brigadas de infantaria, uma brigada mecanizada, uma brigada de artilharia, um batalhão de reconhecimento e apoio, um regimento de engenharia, um regimento de sinais e uma vigilância aprimorada com equipamentos de aquisição de alvos e unidades de aviação. Existem dois tipos de Divisões RAPID - ofensivas e defensivas - com uma pequena variação na composição.

Brasstacks, o exercício militar gerou uma grave crise diplomática² (TARAPORE, 2020).

A última guerra ocorreu em Kargil, em 1999, um ano após a Índia e o Paquistão terem se declarado potências nucleares. Nessa circunstância, as ações foram mais circunscritas e evitaram a escalada do conflito. Desde então, a dissuasão nuclear tem prevenido a ocorrência de uma guerra convencional, embora a Índia siga enfrentando diversas crises de segurança, especialmente, o terrorismo transfronteiriço (TARAPORE, 2020, RODRIGUES, DAROZ, 2021).

Em 2001-2002, por exemplo, a Índia empregou seus três Corpos de Ataque³ em ações punitivas contra os atos terroristas praticados pelo Paquistão em Nova Delhi e Srinagar. A Operação Parakram, como ficou conhecida, expôs graves falhas no estado de prontidão e poder ofensivo do Exército indiano, o qual respondeu com o anúncio de uma reforma projetada para promover uma rápida modernização das Forças.

O Comitê de Revisão Kargil emitiu uma série de recomendações para corrigir as fragilidades reveladas com a guerra, algumas das quais foram adotadas, tal como o *Integrated Defense Staff*, inaugurado em 2001, para consolidar as operações de guerra conjunta e apoiar as tarefas, bem como o primeiro comando conjunto – *Andaman and Nicobar Command (ANC)*⁴.

²A Operação *Brasstacks* foi a maior mobilização de forças indianas no subcontinente indiano, envolvendo a força combinada de dois Comandos do Exército, quase 500.000 soldados, concentrados a 160 quilômetros do Paquistão. Os estrategistas militares das Forças Armadas do Paquistão consideraram o exercício uma exibição ameaçadora de força convencional e uma estratégia ofensiva para se infiltrar em áreas densas do Paquistão Central. Por outro lado, a Índia sustentou que “[o] objetivo central da Operação *Brasstacks* era testar novos conceitos de mecanização, mobilidade e apoio aéreo, concebidos pelo Exército indiano”.

³As principais formações ofensivas do Exército indiano são os três *Strike Corps - 1 Corps, 2 Corps e 21 Corps*. Esses são constituídos ao redor de um núcleo de uma divisão blindada e duas divisões de infantaria. Os corpos de ataque devem ser capazes de capturar ou ameaçar objetivos estratégicos e operacionais, com vistas a causar a destruição das reservas do inimigo e capturar porções consideráveis do território. No Exército Brasileiro, um correspondente seria o Corpo de Exército.

⁴O *ANC* é o primeiro e, até o momento, único Comando em que atuam de forma conjunta as três Forças. Está localizado nas Ilhas Andaman e Nicobar, com o propósito de garantir os

Além disso, foi concebida a doutrina *Cold Start*, a qual prevê o rápido envio de tropas de vários ramos das Forças Armadas para a fronteira ocidental. A surpresa é um elemento-chave dessa doutrina e o seu nome sugere o desejo de se evitar uma guerra em grande escala. Incursões rápidas no território e ataques limitados não dariam qualquer razão ao Paquistão de lançar uma retaliação em grande escala. Trata-se, portanto, de uma alternativa à inevitabilidade do conflito nuclear. Contudo, as mudanças demoraram para se materializar e os ataques terroristas não cessaram (COLD, 2019, WHAT, 2021).

3. Reforma

O governo do Primeiro-Ministro Narendra Modi, no poder por dois mandatos consecutivos, foi o primeiro a demonstrar uma clara compreensão da importância da modernização militar e conseguir apoio político para colocar em curso reformas mais longas. Na Conferência dos Comandantes Combinados, em 2015, Modi destacou alguns princípios importantes, como a necessidade de: diminuir o tamanho da Força; fazer um melhor uso da tecnologia, em particular, das capacidades cibernéticas e espaciais; e promover operações conjuntas (PANAG, 2022).

A modernização e a expansão das forças ao mesmo tempo é um objetivo difícil e desnecessário. Precisamos de forças que sejam ágeis, móveis e impulsionadas pela tecnologia, e não apenas pela valentia humana. Precisamos de capacidades para vencer guerras rápidas, pois não teremos o luxo de batalhas de longa duração. (MODI, 2015) (*Tradução nossa*)

No entanto, a implementação dessa visão foi em princípio bastante vagarosa. Em 2016, um comitê de especialistas, liderado pelo General da reserva D. B. Shekatkar, recomendou a criação do posto de *Chief of Defence Staff (CDS)* e a consolidação dos dezessete comandos em três teatros conjuntos. As recomendações, também, chamavam a

atenção para diminuição dos elementos de apoio do Exército.

Em 2018, o Comandante do Exército, General Bipin Rawat, apresentou planos para uma ampla transformação da Força, os quais incluíam: a reestruturação do Quartel General do Exército, a reorganização da Força, a revisão do quadro de oficiais e dos termos e condições dos oficiais comissionados e de outras patentes. Pretendia, com isso, otimizar o orçamento e as despesas, ao cortar mais de 100.000 membros, melhorar a eficiência operacional e funcional e promover a modernização da Força.

Com relação à alteração na estrutura organizacional, a criação dos *Integrated Battle Groups (IBGs)* visava à constituição de forças mais enxutas, ágeis e feitas sob medida, o que permitiria aos comandantes maior flexibilidade e mais opções para emprego nos respectivos teatros. Os *IBGs* são unidades de combate menores e independentes. Cada *IBG* seria feito conforme a ameaça, o terreno e a tarefa, princípios que definiriam os recursos a serem disponibilizados. Deveriam ser leves e capazes de mobilização, em um período de 12 a 48 horas, conforme a localização (CONSULTATIONS, 2022).

De um simples conceito operacional, que envolve alternar grupos e reagrupar unidades para lidar com as mudanças dos cenários de guerra, o General Rawat ampliou os *IBGs* ao ponto de torná-los uma mudança organizacional permanente (SHUKLA, 2021).

Nesse mesmo ano, o governo atualizou o sistema de planejamento em defesa a partir da criação do *Defence Planning Committee (DPC)*, um *think tank* com dupla missão: formular a estratégia de segurança e militar e supervisionar as aquisições. São atribuições extras do Comitê: recomendar aquisições de acordo com a observação de cenários futuros, conciliar as demandas conflitantes entre as três Forças, realizar um planejamento integrado, apontar prioridades de segurança e defesa, integrar agências civis e militares, alinhar objetivos de longo prazo e doutrina, avaliar os imperativos da política externa e traçar uma estratégia de engajamento internacional.

interesses estratégicos da Índia no Sudeste Asiático e no Estreito de Malaca.

A ser liderado pelo Assessor de Segurança Nacional, o novo mecanismo institucional foi configurado como um corpo permanente, composto pelos três Comandantes das Forças, o Secretário de Defesa, o de Relações Exteriores e o de Orçamento, além de quatro subcomitês: Política e Estratégia; Planejamento e Desenvolvimento de Capacidade; Diplomacia de Defesa; e Indústria de Defesa, conforme **figura 1**. Suas indicações deveriam ser reunidas em um documento de posição e reportadas ao Ministério da Defesa (KATOCH, 2018).

O DPC pretende, dessa forma, preencher uma lacuna no mecanismo de planejamento, obter um processo de decisão mais célere, uma vez que todos os órgãos decisórios integram o mesmo comitê e, sobretudo, torná-lo mais racional, fornecendo um impulso para a gestão em defesa, a qual experimentou longos períodos de inação (KUMAR, s.d.).

No ano seguinte, em 2019, foram inauguradas três estruturas conjuntas: *Defense Cyber Agency*, *Defense Space Agency* (DSA) e *Special Operations Division*. Em particular, a DSA é composta por pessoal das três Forças, está encarregada por proteger os interesses do país no espaço sideral, assim como lidar com potenciais conflitos nesse domínio. É

responsável, ainda, por desenvolver uma estratégia de guerra espacial, bem como novos sistemas e tecnologias, por intermédio da *Defense Space Research Agency* (DSRA). Meses após a operacionalização da DSA, a Índia conduziu um importante teste de sua arma antissatélite (ASAT), comprovando sua capacidade técnica e dissuasória na área. O país adentrou, naquele momento, um seleto grupo de quatro nações – Estados Unidos, Rússia e China – capazes de derrubar satélites no espaço.

Desde então, seguem trabalhando em ASAT's de energia dirigida e baseadas em pulso eletromagnético. Esforços têm sido feitos, igualmente, na instalação de novos sensores e satélites, especialmente após o ataque chinês em Ladakh (2020), quando se observou a premência em se produzir imagens de alta resolução para monitoramento de áreas sensíveis (NEGI, 2021).

No entanto, a mudança mais importante veio com o estabelecimento do posto de CDS, anunciada em agosto de 2019 e inaugurada em janeiro de 2020. A posição está incumbida de servir como principal conselheiro militar, para o ministro da defesa e para o governo sobre as três forças⁵, assim como supervisionar as promoções, as operações expedicionárias e as cooperações com parceiros regionais.

Figura 1: Organograma DPC



Fonte: KUMAR, s.d.

⁵Os três comandantes continuarão a prestar aconselhamento ao Ministro da Defesa em questões exclusivas de sua Força.

O *CDS* encabeça, também, o Departamento de Assuntos Militares (DMA), criado em janeiro de 2020, no Ministério da Defesa, para assuntos relacionados a: compras, treinamento e planejamento conjunto. O *DMA* lida com as questões relacionadas, exclusivamente, aos assuntos militares, é composto por militares e civis⁶ e atua diretamente com as Forças e os seus comandos (MENON, 2019).

A seguir, no organograma, estão dispostos os cinco departamentos subordinados ao Ministério da Defesa, a saber: o Departamento de Defesa (*DoD*), encarregado pela Defesa da Índia e pela política de Defesa; o Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento (*DRDO*) responsável por equipar o país em tecnologias de defesa de ponta e buscar a autossuficiência em sistemas críticos; o Departamento de Produção em Defesa (*DDP*) incumbido de desenvolver uma base abrangente de produção; o Departamento de Assuntos Militares (*DMA*); e, o Departamento de Previdência para Ex-Militares (*DESW*) com a atribuição de cuidar do bem-estar, reassentamento e reabilitação de ex-militares, viúvas de guerra e dependentes, conforme **figura 2**.

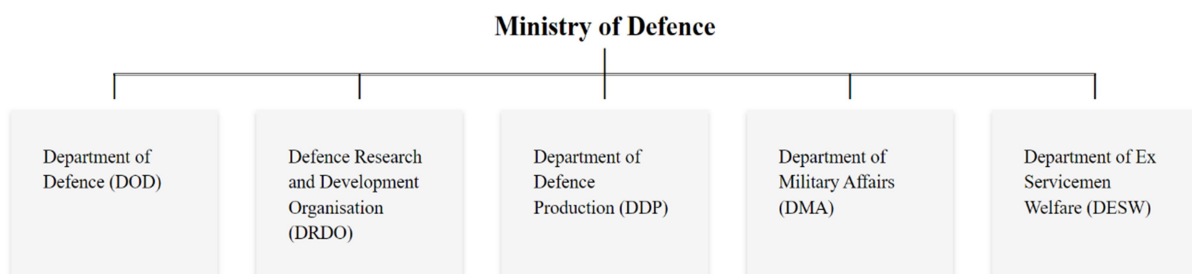
Logo, um *CDS* habilidoso é essencial à transformação. Ao proporcionar a integração e a articulação entre as Forças, resolver as diferenças entre os Comandantes e criar comandos conjuntos, é *sine qua non* para enfrentar as novas hipóteses de conflito (PANAG, 2022).

No que tange às reformas para o estabelecimento de comandos operacionais conjuntos, foram propostos, de início, a criação do *National Air Defence Command*, a ser liderado por um oficial da Força Aérea, e o *Maritime Theatre Command (MTC)*, a ser comandado por um almirante. No entanto, nenhum deles foi bem recepcionado, a Força Aérea afirma já ser responsável pela defesa de todo o espaço aéreo e a Marinha, em seu turno, desacredita como, na prática, dois comandos – Oriental e Ocidental – poderiam ser unificados (SHUKLA, 2021).

Ao final desse processo, o governo pretende ter de seis a sete comandos integrados, organizados conforme sua função ou geografia. Na primeira categoria, estariam o *Strategic Forces Command (SFC)*, o qual opera as forças nucleares da Índia, o *National Air Defence Command* para proteger o espaço aéreo e o *Special Forces Command* para supervisionar as unidades de comando e operações clandestinas. Na categoria geográfica estariam o *MTC*; o *Western Theatre Command (WTC)* que será responsável pela fronteira indo-paquistanesa de Gujarat até Siachen; e o *Northern Theatre Command (NTC)* que irá olhar para a fronteira sino-indiana de *Karakoram Pass* até Kibithu (SHUKLA, 2021).

Com a Marinha no comando do *MTC* e o Exército no do *NTC*, a liderança do *WTC* irá recair sobre os mares do ar, o que representa, por um lado, um enorme acréscimo de força para a Força Aérea. Atualmente,

Figura 2: Organograma do Ministério da Defesa da Índia



Fonte: MINISTRY OF DEFENCE, 2022.

⁶ Ao redor de 170 postos civis foram transferidos para o DMA para permitir o seu funcionamento imediato.

quatro comandos do Exército – Sul, Sudeste, Este e Norte – defendem a fronteira com o Paquistão. Há, também, dois comandos da Força Aérea focados nesse setor – Este e Sudeste. E, por outro, um realinhamento estratégico ao norte (“*pivot to the north*”), deixando o tradicional foco no Paquistão para um grande emprego de força, também, contra a China (SHUKLA, 2021).

Dessa maneira, espera-se que as Forças Armadas sejam capazes de implementar doutrinas de defesa coordenadas, estabeleçam parcerias (logísticas e operacionais), assim como possam priorizar as compras. Essas pretensões foram expostas no anúncio realizado pelo Primeiro-Ministro, em 15 de agosto de 2019:

A Índia não deveria ter uma abordagem fragmentada. Todo nosso poder militar terá que trabalhar em uníssono e seguir em frente. Todos os três (serviços) devem se mover simultaneamente no mesmo ritmo. Deve haver uma boa coordenação e ela deve ser relevante para a esperança e as aspirações de nosso povo. Deve estar de acordo com a mudança do ambiente de guerra e segurança com o mundo. Após a formação deste posto (CDS), todas as três Forças terão uma liderança efetiva no nível superior. (MODI, 2019)

Na **figura 3**, estão dispostos os dezessete comandos das três Forças atualmente em exercício na Índia, seguido da proposta de organização de comandos conjuntos.

Figura 3: Reorganização dos Comandos Militares

	COMANDO	QUARTEL GENERAL
EXÉRCITO		
1	Ocidental	Chandigarh
2	Norte	Udhampur
3	Sul	Pune
4	Oriental	Kolkota
5	Sudoeste	Jaipur
6	Central	Lucknow
7	Treinamento	Shimla
MARINHA		
1	Oriental	Visakhapatnam
2	Ocidental	Mumbai
3	Sul	Kochi
FORÇA AÉREA		
1	Oriental	Shillong
2	Sudoeste	Gandhinagar
3	Sul	Tiruvananthpuram
4	Ocidental	New Delhi
5	Central	Allahabad
6	Treinamento	Bangalore
7	Manutenção	Nagpur



Comandos Conjuntos

National Air Defence Command
 Maritime Theatre Command
 Western Theatre Command
 Northern Theatre Command
 Strategic Forces Command
 Special Forces Command

Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Para além da reforma na organização militar, o *CDS* influenciou, também, as relações civis-militares, ao anunciar mudanças radicais nas políticas de compras militares, redobrando os esforços para adquirir equipamentos de fontes domésticas. Com esse feito, o General Rawat impôs ao governo de Modi um programa de reforma econômica mais amplo, o qual ficou conhecido como *aatmanirbharta* (auto-confiança, em hindi).

De acordo com o *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI), em 2019, a Índia foi a segunda maior importadora de armas mundial. Os principais países dos quais a Índia importou foram: Rússia, Israel, e Estados Unidos. Como resultado, há uma escassez de matéria-prima nacional para a pesquisa e o desenvolvimento e, conseqüentemente, uma enorme dependência de países estrangeiros na obtenção de tecnologia e equipamentos de ponta. Sendo um óbice, inclusive, ao estreitamento de laços com o Ocidente (MIRZA, 2020, FENG, 2021).

O programa de compras deu sinais positivos, já em 2020, quando 87% de todas as aquisições em defesa tiveram origem doméstica. Igualmente, um novo procedimento para as aquisições - *Defense Acquisition Procedure* (DAP 2020)⁷ - ofereceu incentivos orçamentários para o uso de produtos nacionais nas plataformas de defesa e aeroespaciais. São catalogados como feitos dessa política: o sistema de foguetes *Pinaka* e a Superfície de Reação Rápida para Míssil Aéreo (QRSAM), ambos apresentados em 2020, projetados e desenvolvidos internamente (MINISTRY OF DEFENCE, 2020).

Importante destacar que o conceito de *Aatmanirbharta* na Defesa não deve se limitar apenas à produção, deve abranger o campo da pesquisa e desenvolvimento e a evolução das capacidades locais, conforme afirma o Coronel Nagial:

“é prematuro tirar quaisquer lições militares do conflito Ucrânia-Rússia, mas, definitivamente, o mundo não será o mesmo depois que o conflito terminar [...] Duas coisas emergiram claramente neste

conflito: (1) guerra de informação, sanções econômicas e mídia social tornaram-se uma parte vital da nova guerra; e (2) a importância da autossuficiência. A Índia percebeu a importância de ser autossuficiente no setor de Defesa. Mas precisamos ter um roteiro claro”. (NAGIAL, 2022) (*Tradução nossa*)

Contudo, para se investir em tecnologia de ponta e fomentar o desenvolvimento e a pesquisa nacionais são necessários recursos abundantes. Diante do apertado orçamento de Defesa indiano, uma medida arriscada foi reduzir o gasto com pessoal. Com 1,4 milhões de membros, o Exército é um dos maiores empregadores no país. Todo ano, cerca de 60.000 servidores se aposentam e há 100 mil tentando substituí-los. Os salários e as pensões são uma conta que consome mais da metade do orçamento - 53 bilhões, de 70 bilhões (BISWAS, 2022).

A nova política, cunhada como *Agnipath* (caminho de fogo, em hindi), recrutará homens e mulheres por um contrato de curta duração, quatro anos, incluindo um período de seis meses de treinamento. Do contingente recrutado, apenas um quarto (25%) será mantido e absorvido de maneira permanente, os demais sairão da corporação sem nenhuma pensão e/ou benefícios. O esquema de recrutamento “*All India, All Class*” compreende todos os soldados (AGNIPATH, 2022, HOODA, 2022).

Os aspectos considerados positivos da política são: a redução na idade média dos membros das Forças Armadas (no caso do exército, de 32 para 26 anos); a retenção apenas dos mais capacitados; e, ao longo do tempo, uma grande redução no orçamento destinado a pessoal (HOODA, 2022).

A lógica é simples: o dinheiro economizado em salários e pensões poderá ser direcionado para a modernização. Embora, o Ministro da Defesa, Rajnath Singh, tenha afirmado que “as Forças não devem ser vistas pelo prisma da economia”, houve um persistente déficit nas alocações para o ministério nos últimos oito anos. Aproximadamente, um quinto das demandas das Forças não foi satisfeita pelo governo (ANALYSIS, 2022).

⁷ No mesmo ano houve, também, a revisão do *DRDO Procurement Manual*.

A nova política, entretanto, foi divulgada à população sem nenhum estudo prévio que a respaldasse. Outras soluções haviam sido apresentadas, como a proposta da Defesa de recrutamento de apenas 5.000 soldados nesse formato, por cinco anos, a fim de avaliar a efetividade antes da implementação, rejeitada pelo governo. Tampouco, produziu-se um documento oficial ou debateu-se o assunto no Parlamento ou na Comissão Parlamentar de Defesa (ANALYSIS, 2022).

Opositores à medida entendem que o novo esquema de recrutamento irá reduzir a efetividade operacional das Forças, justamente quando o país enfrenta ameaças em duas frentes. O avanço tecnológico exige, cada vez mais, pessoal técnico, especializado e com longo treinamento. Além disso, as Forças terão dificuldade de empregar soldados com um contrato curto e haverá maior pressão sobre os permanentes (ANALYSIS, 2022, AGNIPATH, 2022).

Ademais, a profissão militar, na Índia, não é apenas um trabalho, mas sim uma vocação. Os soldados se consideram cumprindo um propósito maior e são membros orgulhosos da instituição (HOODA, 2022). Com esse esquema, 75% dos recrutados ficarão desempregados após os quatro anos de serviço e, ainda mais complexo, a sociedade receberá um influxo de milhares de jovens treinados para utilizar a força em uma economia fragilizada e incapaz de absorvê-los (AGNIPATH, 2022).

4. Considerações Finais

Apesar dos inúmeros incentivos, a estratégia militar indiana não se adaptou tão rápido quanto a evolução do ambiente estratégico. Embora as motivações estivessem aparentes, os mecanismos para a mudança são problemáticos. Em particular, falta na Índia um processo periódico de revisão estratégica.

Dentre as grandes potências, a Índia é a única a não produzir de maneira regular documentos de Defesa. A ausência inibe a capacidade de se preparar contra ameaças e identificá-las com antecedência, realizar planejamentos estratégicos e melhor alocar os recursos.

Da mesma forma, questões relativas à aquisição e à doutrina têm sido, tradicionalmente, relegadas à decisão individual de cada uma das Forças, conforme suas preferências, ao invés de serem uma avaliação conjunta das necessidades estratégicas nacionais. As Forças seguem resistentes às mudanças e as lideranças civis se veem incapacitadas de conduzir as reformas e arbitrar as disputas.

Na ausência de um plano orientador, com direcionamentos claros e prazos de execução das mudanças, foram realizadas alterações esparsas e incrementais, sem de fato um estudo prospectivo do futuro.

Pondera-se, ainda, que a presença de dois inimigos marcantes em suas fronteiras norte e nordeste, acrescido ao fato de o país deter, há algumas décadas, potencial nuclear, e, recentemente, capacidades espaciais que o colocam em uma posição privilegiada no cenário internacional - com alto poder dissuasório -, limitam o planejamento estratégico e operacional e acomodam os tomadores de decisão.

Destarte, do ilustrado depreende-se que, à semelhança do Brasil, a instituição militar é de grande importância para a sociedade, nela estão oportunidades de desenvolvimento pessoal e econômico, que encorajam o ingresso. Em ambos os países, pertencer à Força confere um status diferenciado ao cidadão. Na Índia, no entanto, a atenção com esses indivíduos vai além, tendo sido criado um departamento específico, no Ministério da Defesa, para lidar com os ex-militares e suas famílias. Não obstante, o alto gasto com pessoal fez com que o governo tomasse medidas pouco ponderadas e causasse grave tensão social.

De igual maneira, nos dois países, a base industrial de defesa corresponde a importante fatia do produto interno bruto e há um claro desejo por ampliar o setor, seja com mais investimentos na área, cooperações e/ou parcerias estratégicas. Vale como experiência positiva da Índia sua política econômica para Defesa, a qual conseguiu reverter um quadro de extrema dependência internacional, para maior produção interna e estímulo à indústria

nacional, tornando-se líder em alguns segmentos.

Por fim, resta claro que há, ainda, nos dois países em análise, uma dificuldade por parte dos três braços das Forças de atuação conjunta, embora já existam, na Índia, propostas de reforma dos comandos para atuação em teatros conjuntos, o que nos parece bastante positivo e algo que deva ser prontamente arquitetado pelo Brasil, especialmente pelo Ministério da Defesa.

Referências

- AGNIPATH: Anger in India over Modi's new army recruitment plan.* Aljazeera, jun. 2022. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2022/6/16/agnipath-anger-in-india-over-modis-new-army-recruitment-plan>. Acesso em: jul. 2022.
- ANALYSIS: New India army plan may have 'devastating consequences'.* Aljazeera, jun. 2022. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2022/6/16/analysis-new-india-army-plan-may-have-devastating-consequences>. Acesso em jun. 2022.
- BISWAS, Soutik. Is India planning to shrink its army?* BBC, abr. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-india-61024209>. Acesso em jun. 2022.
- COLD Start: India's answer to Pakistan's nuclear bullying.* *The Economic Times*, mar. 2019. Disponível em: <https://economictimes.indiatimes.com/news/defence/cold-start-indias-answer-to-pakistans-nuclear-bullying/articleshow/68254953.cms?from=mdr>. Acesso em: jun. 2022.
- CONSULTATIONS on creation of Integrated Battle Groups have been compiled recently.* *Journal of India*, maio 2022. Disponível em: <https://journalsofindia.com/integrated-battle-groups-ibg/?print=pdf>. Acesso em jun. 2022.
- FENG, Qian. *India's military reform aims high, but faces many obstacles.* *Global Times*, set. 2021. Disponível em: <https://www.globaltimes.cn/page/202109/1235170.shtml> 1 Acesso em jun. 2022.
- HOODA, Deependra Singh. *The Agnipath Scheme: Analysis and a way forward.* DPG Policy Brief, v. 7, n. 28, Delhi Policy Group, 2022.
- KATOCH, P. C. *Establishment of the Defence Planning Committee in India Under the NSA.* SP's Land Forces, 2018. Disponível em: <https://www.spslandforces.com/story/?id=502&h=Establishment-of-the-Defence-Planning-Committee-in-India-Under-the-NSA> 1/6
- KUMAR, Arun. *Defence Planning Committee. Q-Tech Synergy,* s.d. Disponível em: <https://defproac.com/?p=7122>. Acesso em: jul. 2022.
- MALIK, V. P., KANWAL, G. *Defence Planning in India,* s.d. Disponível em: <https://www.orfonline.org/wp-content/uploads/2005/01/Defence.pdf>. Acesso em: jul. 2022
- MENON, Prakash. *CDS was needed. But Modi govt also creating Department of Military Affairs is a big bonus,* dez. 2019. Disponível em: <https://theprint.in/opinion/modi-govt-creating-department-of-military-affairs-with-cds-a-big-bonus/340495/>. Acesso em: jun. 2022.
- MINISTRY OF DEFENCE. *Joint Doctrine Indian Armed Forces,* 2017.
- MINISTRY OF DEFENCE. *Annual Report 2018-2019.* MINISTRY OF DEFENCE. *Defence Reforms: transformation today for a better tomorrow,* 2020.
- MIRZA, Efta Khurshid. *Force Modernization Challenges for India.* *Centre for Aerospace and Security Studies (CASS),* 2020. Disponível em: <https://casstt.com/post/force-modernization-challenges-for-india/165>. Acesso em: jun. 2022.
- NAGIAL, Balwan. *Atmanirbhar Bharat and self-reliance in defence,* *Times of India,* 2022. Disponível em: <https://timesofindia.indiatimes.com/blogs/col-nagial/atmanirbhar-bharat-and-self-reliance-in-defence/>. Acesso em: ago 2022.
- NEGI, Manjeet. *India enhancing military capabilities in space with sensors, satellites.* *India Today,* mar. 2021. Disponível em: <https://www.indiatoday.in/india/story/india-military-capabilities-space-drdo-dsa-sensors-satellites-1784084-2021-03-26>. Acesso em: jul. 2022.
- PANAG, H. S. *8 years back, Modi promised to transform India's military. Today, the plan is in disarray,* maio 2022. Disponível em: <https://theprint.in/opinion/8-years-back-modi-promised-to-transform-indias-military-today-the-plan-is-in-disarray/942695/> Acesso em: jun. 2022.
- PIB Delhi. *Cabinet approves creation of the post of Chief of Defence Staff in the rank of four star General.* dez. 2019 Disponível em: <https://pib.gov.in/PressReleaseIframePage.aspx?PRID=1597425>. Acesso em: jun. 2022.

RODRIGUES, Fernando; DARÓZ, Carlos. Estudos sobre a presença militar terrestre: o caso indiano como desafio para o Brasil. Coleção Meira Mattos, v. 15, n. 54, p. 333-352, 2021.

SHUKLA, Ajai. *Changing a monolith: Slow but steady progress on setting up Integrated Theatre Commands. Broadsword*. abr. 2021 Disponível em: <https://www.ajaishukla.com/2021/04/changing-monolith-slow-but-steady.html> Acesso em jun. 2022

TARAPORE, Arzan. *The Army in Indian Military Strategy: Rethink Doctrine or Risk Irrelevance*. Carnegie India, 2020. Disponível em: <https://carnegieindia.org/2020/08/10/army-in-indian-military-strategy-rethink-doctrine-or-risk-irrelevance-pub-82426>. Acesso em: jun. 2022.

WHAT is India's Cold Start doctrine? The Indian Express, set. 2021. Disponível em: <https://indianexpress.com/article/what-is/what-is-india-cold-start-doctrine-military-strategy-india-pakistan-indian-armed-forces-4854019/>. Acesso em: jun. 2022